

11

2-E-32

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso PEM

Partido -

Solução do S-III-6 (EN)

Apresentada por

JOSÉ CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19 84

ESCOLA DE GUERRA NAVAL
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS



DISCIPLINA: III-S-7
TRABALHO: S-III-6 (En)
TEMA: A ANÁLISE POLÍTICA MODERNA DE ROBERT A. DAHL
REFERÊNCIA: "MODERN POLITICAL ANALYSIS" DE ROBERT A. DAHL

JOSÉ CORRÊA DE SÃ E BENEVIDES
Capitão-de-Mar-e-Guerra



= 1984 =

MM-EGN
BIBLIOTECA
25/08/1987
N: 965

GN-00002107-0

CURSO DE PO

DISCIPLINA: III-2-7

TRABALHO: 2-11-6 (En)

TEMA: A ANÁLISE POLÍTICA MODERNA DE ROBERT A. DAHL

REFERÊNCIA: "MODERN POLITICAL ANALYSIS" DE ROBERT A. DAHL

JOSE CORREIA DE SA E BENEVIDES
Capitão-de-Mar-e-Guerra



1984

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO.....	1
II - FENÔMENO POLÍTICO E FENÔMENO SOCIAL.....	1
III - TIPOLOGIAS E POLIARQUIA.....	4
IV - O HOMEM POLÍTICO.....	7
V - CONCLUSÃO.....	10
ANEXO: "PARA QUEM QUISE APROFUNDAR-SE".....	A-1
BIBLIOGRAFIA.....	A-8

I - INTRODUÇÃO

A moderna Ciência Política, ao lado da Economia e da Sociologia, ocupa posição de destaque entre as Ciências Sociais e cada vez mais se orienta no sentido da exatidão conceitual.

Robert Dahl busca o verdadeiro entendimento do Poder Político. Preocupa-se com os sistemas políticos, com o comportamento humano, com o homem político. Observa que não há ninguém que esteja de todo fora do alcance de alguma forma de sistema político. Considera que a principal razão para desenvolvermos nossa capacidade de análise política talvez resida no fato de que ela nos ajuda a compreender melhor o mundo em que vivemos, a decidir entre alternativas e a influenciar as mudanças, grandes ou pequenas, que parecem constituir aspectos inevitáveis a todos os sistemas políticos (4).

A política é natural e necessariamente uma experiência antiga e universal. A habilidade no exercício político não coincide necessariamente com a capacidade de análise política e a História é rica em exemplos a este respeito.

A capacidade de análise política vem se desenvolvendo há vários milhares de anos, e nas mais diversas partes da terra, mormente entre os povos herdeiros da cultura grega pré-Cristã. Remontam aos tempos de Sócrates, Platão e Aristóteles as inquirições que, ainda hoje, se fazem os homens de pensamento.

II - FENÔMENO POLÍTICO E FENÔMENO SOCIAL

Robert Dahl aborda a distinção entre o político e o social indagando, inicialmente, o que distingue o aspecto político na sociedade humana, e que características afastam um sistema político, por exemplo, de um sistema econômico.

Aristóteles já contestava a idéia de que todas as formas de autoridade fossem idênticas. Diferenciava a autoridade do líder político numa associação política, ou "polis", das ou-

tras formas de autoridade como a do senhor sobre o escravo, a do marido sobre a esposa, a do pai sobre o filho. Entretanto, considerava a "polis" como associação totalmente soberana e de limitada onde existiam diversas partes ou departamentos, sendo um deles soberano em todos os assuntos (1:110). Era o governo, a autoridade.

Desde então vem sendo amplamente aceita a idéia de que, num sistema político, a relação política implica em autoridade, governo ou poder.

O próprio mestre alemão Max Weber, 1864-1920, quando enfatizava o aspecto territorial da associação ao classificá-la como política "se e na medida em que o cumprimento de suas ordens fosse levado a efeito, continuamente, dentro de determinada área territorial, pelo emprego e ameaça da força física por parte do corpo administrativo," não estava negando a essencialidade da relação de autoridade. (10:154)

Harold Lasswell, em nossos dias, define ciência política como disciplina empírica que estuda a formação e a divisão do poder. Conceitua o ato político como o realizado sob a perspectiva do poder (8:XIV)

A Fig. 1 indica as áreas de concordância e discordância entre Aristóteles, Weber e Casswell quanto à natureza da política.

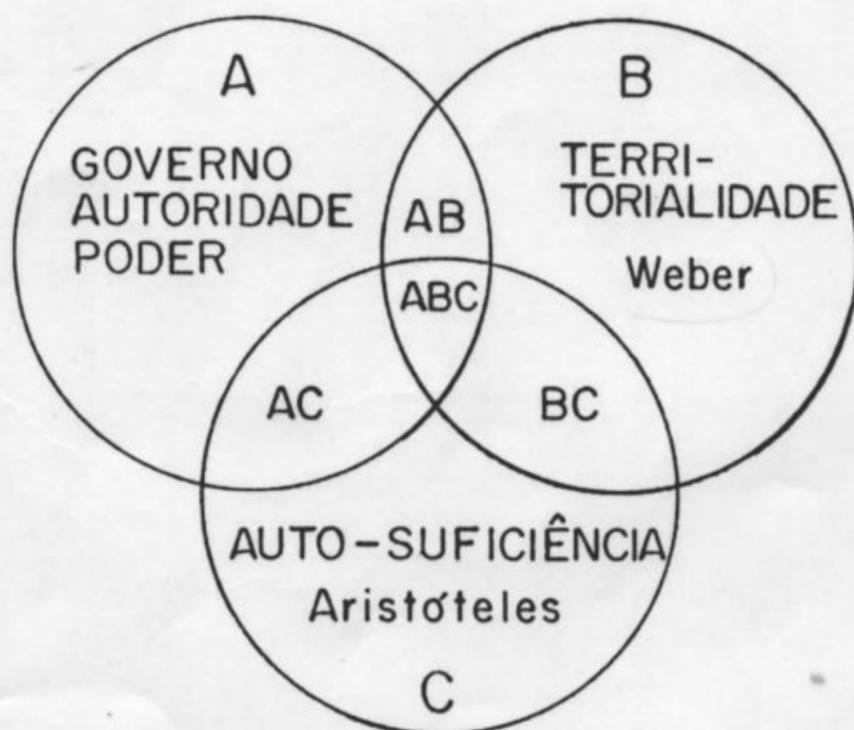


Fig. 1

Quase todos os cientistas políticos, além dos três já mencionados, concordam em que as relações políticas devem encontrar-se em algum ponto do círculo A, implicando em governo, autoridade ou poder. Lasswell, por definição, chama de político a tudo que está em A.

Max Weber exige para o termo "político" a característica de territorialidade representada em B, e Aristóteles, a auto-suficiência representada em C. Assim, para Weber, o reino político não seria tudo o que está em A nem tudo o que está em B mas sim o campo da interseção AB. Do mesmo modo, para Aristóteles, que restringe ainda mais o reino do político, limitando-o também pela auto-suficiência, a área do político seria apenas a interseção ABC.

* * *

A análise política contemporânea, afastando-se da conceituação aristotélica, tende a aceitar a definição mais abrangente de política. Neste sentido, para Robert Dahl, sistema político é o padrão permanente de relações humanas que implica, significativamente, em poder, governo ou autoridade. (4:19)

Esta abrangência, entretanto, apenas indica que toda sociedade humana, todo agrupamento social, tem um aspecto político. O sistema político é apenas um dos aspectos de uma associação pois, na vida das pessoas, manifestam-se muitas outras relações além de poder e autoridade. Há manifestações de amor, respeito, etc... Provavelmente, não existe associação humana apenas política em todos os seus aspectos.

A conceituação de Dahl, na realidade, significa que muitas sociedades que normalmente não seriam consideradas políticas, possuem sistemas políticos: clubes particulares, firmas comerciais, sindicatos de classe, etc... Não torna implícito que em todo sistema político as pessoas procuram dirigir as demais, desejam autoridade ou lutam pelo poder. Aliás, relações

de autoridade existem mesmo entre pessoas que não desejam exercer autoridade ou em situações em que pessoas com a máxima autoridade são as que não a desejavam.

* * *

Frequentemente o termo "social" é aplicado com muita flexibilidade, mesmo por cientistas sociais. Abrange as relações políticas e as relações econômicas. E até mesmo a expressão "sistema social" que, em certas circunstâncias tem sentido mais específico, vem sendo empregado de modo abrangente.

Um sistema político ou um sistema econômico são, na verdade, partes ou subsistemas de um sistema social. É o que mostra a Fig. 2, onde

AC - conjunto de subsistemas políticos

BC - conjunto de subsistemas econômicos

e ABC - conjunto de subsistemas políticos e econômicos

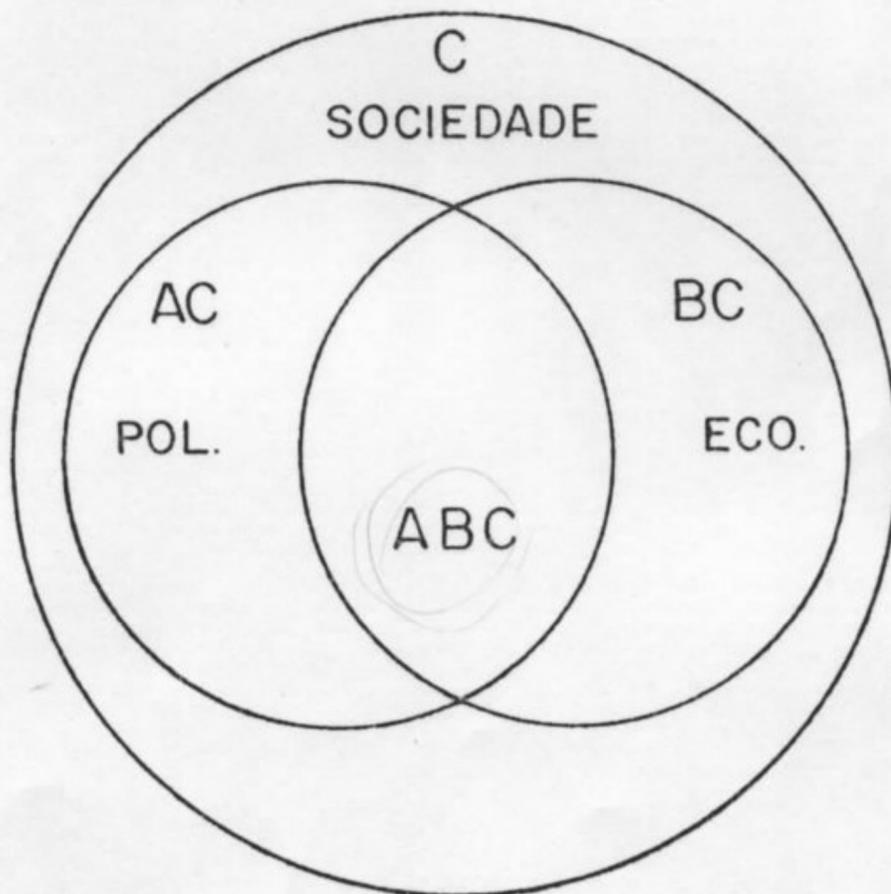


Fig. 2

III - TIPOLOGIAS E POLIARQUIA

Não há um processo único para distinguir e classificar sistemas políticos que seja superior a outros em todos os sentidos.

Aristóteles propôs dois critérios: natureza do fim em

função do qual o Estado existe, e diversidade de tipos de autoridade aos quais o homem está sujeito. Empregava o primeiro para distinguir os sistemas em que o dirigente governava segundo o interesse de todos ou segundo o próprio interesse: formas certas ou deturpadas. Usava o segundo para diferenciar os sistemas conforme a quantidade de cidadãos que tinham direito de governar: um, poucos ou muitos.

	OS CHEFES GOVERNAM NO INTERESSE DE TODOS:*		PRÓPRIO:**
QUANTIDADE DE CIDADÃOS C/DIREITO A GOVERNAR	UM	MONARQUIA	TIRANIA
	POUCOS	ARISTOCRACIA	OLIGARQUIA
	MUITOS	"COMUNIDADE" ("POLITY")	DEMOCRACIA
		*formas certas	**deturpadas

Esta classificação sobrevive há 25 séculos. Combina um critério empírico - descrição numérica do que é, mera questão de fato ou de observação - com um critério normativo - descrição do que deveria ser, questão de valor ou de julgamento - que, por sua vez, também comporta um componente empírico de observação das ações dos governantes para conhecer-lhes os objetivos ou conseqüências antes de julgá-las e classificá-las.

O fato de estar a Democracia no grupo das formas deturpadas parece indicar que Aristóteles via a democracia ateniense com certa cautela. Receava que o governo de "muitos" conduzisse à dominação de uma classe majoritária pobre e sem bens sobre a classe média, com os "muitos" governando em seu próprio interesse e não no de todos.

* * *

Max Weber dedicou-se à natureza da autoridade dos governantes, enfatizou a legitimidade, o moralmente certo.

Ensinou que os líderes de um sistema político podem reivindicar a legitimidade de seu governo com base em três fatores: tradição, qualidades pessoais excepcionais ou legalidade.

A estes fundamentos correspondem, respectivamente, formas puras ou ideais de autoridade: autoridade tradicional; autoridade carismática (expressão extraída de uma palavra grega usada pelos primeiros cristãos para significar "o dom da graça"); e autoridade legal.

Em um sistema político real podemos encontrar todos estes três tipos de autoridade legítima.

Weber tratou apenas da autoridade, isto é, do poder legítimo, do moralmente certo. Não se preocupou com sistemas ilegítimos pois entendia que todo sistema de autoridade tenta instituir e cultivar a crença na legitimidade. Ao contrário de Aristóteles, não distinguiu sistemas políticos por juízos de valor. Legitimidade, para Weber, era conceito puramente empírico e a prova da legitimidade estava no que os membros do sistema político pensavam sobre seus líderes e não no que ele pudesse considerar como sendo de valor.

* * *

As tipologias de Aristóteles, de Weber ou de quaisquer outros têm vantagens e desvantagens. Toda classificação se resume a uma simplificação e, como tal, a um afastamento da realidade. O modo de classificar é função daquilo em que estamos mais interessados e quando varia o nosso interesse, varia a classificação.

Neste sentido, entendemos não existir um processo para distinguir e classificar sistemas políticos que, em todos os sentidos, seja superior a outros. Nenhuma tipologia tem possibilidade de satisfazer a todos os fins.

* * *

Robert Dahl, constatando que o termo "democracia" é empregado para designar um ideal inatingido e talvez inatingível, e também para designar sistemas políticos existentes, propôs a adoção e o emprego de termos diferentes.

O vocábulo democracia para significar o ideal inatingido, e o novo vocábulo "poliarquia", sinônimo de governo de muitos ou governo popular, para se referir aos sistemas existentes. E, desse modo, passou a empregá-los em sua obra. (4)

IV - O HOMEM POLÍTICO

Assinala Robert Dahl que sejam quais forem os elementos que o induzem - instinto, hábito, necessidade ou escolha - o homem tem demonstrado no decorrer de milênios que é um animal social; Salvo poucas exceções, os seres humanos não vivem em completo isolamento.

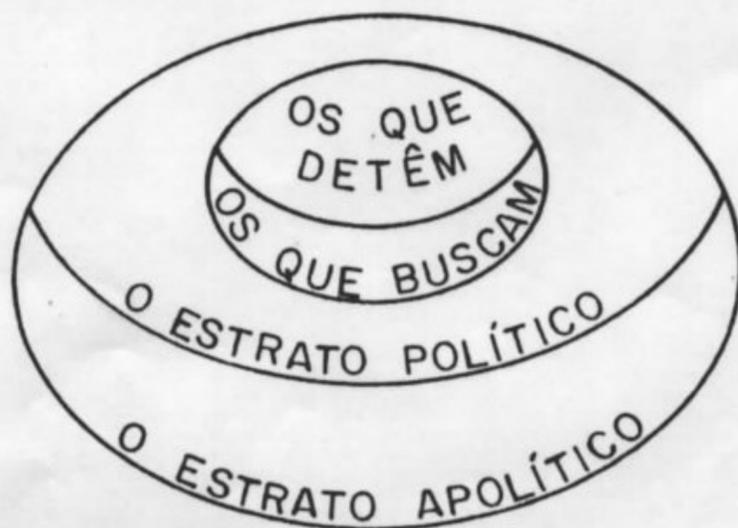
No entanto, mesmo vivendo em sociedade, os homens não precisam necessariamente se ocupar da política dessa sociedade. Não têm necessidade de participar ativamente da vida política.

Portanto, apesar de ser um animal social o homem não é, a rigor, um animal político.

Contudo, a vida em sociedade acarreta o desenvolvimento de relações de influência que ao se tornarem estáveis e repetitivas passam a constituir sistemas políticos. Quaisquer que sejam seus próprios valores e preocupações como ser social, o homem acaba envolvido em sistemas políticos mesmo que não o deseje nem perceba, e, neste sentido amplo, é que, conforme o pensamento de Aristóteles, o homem é um animal político.

Para Dahl, os indivíduos situados num sistema político têm diferentes graus de interesses pela vida política: há os indiferentes à política e há os envolvidos nela. E, dentre os envolvidos, há os que buscam o poder e os que o detêm.

A figura que se segue ilustra o pensamento:



O poder
Fig. 3

O estrato político abrange os indivíduos que estão psicologicamente envolvidos em decisões governamentais, seja por curiosidade com o que está acontecendo, seja por participação ou por preocupação quanto à importância das decisões. Constitui, sem dúvida, minoria em relação aos indiferentes.

Mesmo nas sociedades democráticas os cidadãos mostram-se apáticos com respeito à política e relativamente inativos. As próprias cidades-estado da Antiga Grécia, muitas vezes consideradas modelo de participação pública na vida democrática, não estavam imunes à apatia. Os cidadãos não compareciam às reuniões da Assembléia e os dirigentes eram levados a apelar para vários recursos, inclusive dinheiro, a fim de induzir o povo a apresentar-se para ratificar medidas. (4:89)

Três parecem ser as razões pelas quais uma pessoa não se envolve em política: quando atribui pequeno valor à recompensa a obter em comparação com a recompensa que pode esperar de outros tipos de atividade humana; quando parece pequena a probabilidade de influenciar o resultado dos acontecimentos; e, quando acredita que o resultado lhe será satisfatório independentemente de sua participação.

O estrato político, constitui, assim, minoria da população adulta, amplamente suplantado pelo estrato apolítico.

Nesta minoria encontra-se um grupo que ambiciona o poder e apenas um punhado de pessoas que o detêm.

Todo ser humano tem acesso a alguma espécie de recursos, que podem ser empregados para modificar o comportamento que se espera de alguém. Frequentemente esses recursos podem ser utilizados para criar uma ameaça de punições severas, oferecendo assim, a seu detentor, a oportunidade de obter poder sobre os demais.

Nem todos os homens aplicam seus recursos para obter poder. Os que o fazem, podem ter múltiplas razões: obter justiça

para todos, beneficiar o Estado, assegurar a vida e a liberdade; atender, conscientemente, a seu próprio interesse; satisfazer razões inconscientes, procurando, segundo Lasswell, compensações por privações psicológicas sofridas na infância.

Já vimos que do grupo que ambiciona o poder apenas poucas pessoas o detêm. Ou usam maior quantidade de recursos ou dispõem de maneira mais eficiente de empregá-los. As que usam maior quantidade de recursos, provavelmente esperam "ganhar mais" porque a ação lhes parece "menos custosa" ou o resultado "mais valioso".

Se A tem mais recursos do que B, um determinado dispêndio lhe custa menos do que a B (mantidas constantes todas as demais variáveis) porque A precisa abrir mão de menos alternativas do que B. Em linguagem de economista: o custo de oportunidade é menor para A.

Assim, em geral, pessoas que usam mais recursos do que outras para obter poder, o fazem por terem acesso a mais recursos. E, sendo iguais todos os demais aspectos, é razoável esperar que as pessoas com mais recursos adquiram mais poder.

Mesmo na hipótese de A e B disporem de quantidades idênticas de recursos, A poderia empregar mais do que B se considerasse o resultado a obter como "mais valioso".

Ao contrário, se B for mais habilidoso que A, a maior quantidade de recursos disponível ou empregado por A não será o fator decisivo. Um político hábil com poucos recursos pode obter mais resultado do que um inábil com muitos recursos.

Tudo isso se relaciona diretamente com o difícil problema da avaliação da situação e da tomada da decisão política. Sabemos bem que não se pode participar ativamente da vida política sem tomar decisões. A ação política, como outras ações humanas, consiste em optar, escolher entre alternativas com todos os imponderáveis naturais e humanos envolvidos. A decisão "óti

ma" pode não ser "a melhor". Apenas "a melhor possível".

Sem dúvida, a contribuição do estudo e da experiência são muito importantes mas não podemos esquecer que a situação, as circunstâncias e o subconsciente do indivíduo interagem intensamente na avaliação da situação e na tomada de decisão. Daí, a presença de certa imprevisibilidade na decisão humana.

V - CONCLUSÃO

A importância e a oportunidade do assunto que vimos de tratar são indiscutíveis.

O mundo em permanente mutação exige, a cada dia, mais atualização. Não bastam os conhecimentos antigos pois as instituições políticas mudam com o tempo; a democracia de hoje não equivale ao sistema político da Grécia ou de Roma. Mas, também não bastam os conhecimentos novos pois as questões formuladas pelos primeiros pensadores continuam sem respostas; o homem de hoje não sabe tanto que possa olvidar o conhecimento dos antigos.

Robert Dahl não pretendeu ensinar tudo o que é preciso saber sobre política. Seu livro se propôs a dar um pequeno número de conceitos básicos, idéias e instrumentos de análise - antigos ou modernos - a fim de permitir ao leitor prosseguir em direção àquilo que numa democracia deveria ser atividade permanente: a análise da política.

ANEXO

PARA QUEM QUISE APROFUNDAR-SE

O Estudo da política conserva muito da forma que lhe foi dada por Aristóteles, cujas obras monumentais sobre a matéria são modelos de visão e profundidade. Ernest Barker preparou uma tradução inglesa da Política, com introdução, notas explicativas e apêndices (Nova York e Londres, Oxford University Press, 1948).

Aristóteles muito se beneficiou com seu eminente mestre, Platão, cuja *República* tem maravilhado numerosas gerações de estudiosos, por sua beleza, graça, imaginação e força intelectual. A versão inglesa mais recente é *The Republic of Plato*, traduzida com introdução e notas por F. M. Cornford (Nova York e Londres, Oxford University Press, 1945). Nestas duas obras, Platão e Aristóteles apresentam as mais importantes, interessantes e persistentes questões sobre política que têm sido a preocupação dos estudiosos de política desde seus tempos.

Raras são as obras de peso, modernas, sobre análise política. No texto deste livro os autores modernos citados com maior frequência são Max Weber e Harold D. Lasswell. Nenhuma, porém, constitui leitura fácil para o principiante. Grande parte da obra de Weber foi traduzida para o inglês. De relevância particular para a análise política é *The Theory of Social and Economic Organization*, traduzida por A. M. Henderson e Talcott Parsons, editada com nota introdutória por Parsons (Nova York: Oxford University Press, 1947), Parte III, "The Types of Authority and Imperative Coordination". Ver também: *From Max Weber: Essays in Sociology*, traduzida e editada com nota introdutória por H. H. Gerth e C. Wright Mills (Nova York: Oxford University Press, 1946). Dentre as obras gerais de Lasswell, a de leitura mais acessível é: *Politics: Who Gets What, When, How* (Nova York: McGraw-Hill, 1936).

Os esforços modernos no sentido de se desenvolver teorias políticas completas, além daquelas discutidas mais adiante, compreendem: C. E. Merriam, *Systematic Politics* (Chicago: University of Chicago Press, 1942); e G. E. G. Catlin, *The Science and Method of Politics* (Nova York: Knopf, 1927).

Existem vários trabalhos descritivos, críticos ou analíticos sobre a ciência política como campo de pesquisa. *Contemporary Political Science* (Paris, UNESCO, 1950) procura sumariar o estado dos estudos políticos em todo o mundo. Dwight Waldo oferece uma análise especial para os Estados Unidos em *Political Science in the United States of America, A Trend Report* (Paris, UNESCO, 1956). Crítica ponderada e inquisitiva encontra-se no trabalho de David Easton, *The Political System, An Inquiry into the State of Political Science* (Nova York: Knopf, 1953). Ver também Charles Hyneman, *The Study of Politics* (Urbana: University of Illinois Press, 1959); Verno Van Dyke, *Political Science: Philosophical Analysis* (Stanford: Stanford University Press, 1960); e *Research Frontiers in Politics and Government* (Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1955).

As partes centrais da *Política* de Aristóteles classificam os sistemas políticos em tipos diferentes, procurando explicar as condições de estabilidade e mudança. Na edição de Barker, mencionada acima, estas seções são o Livro III, "The Theory of Citizenship and Constitutions"; Livro IV, "Actual Constitutions and Their Varieties"; Livro V, "Causes of Revolution and Constitutional Change"; e Livro VI, "Methods of Constructing Democracies and Oligarchies with a View to Stability".

Segundo a ciência política norte-americana mais recente, aquilo a que Aristóteles se propôs nestes quatro livros da *Política* situa-se sob o título Governo Comparado. Muito embora existam inúmeros textos com o rótulo Governo Comparado, a maioria deles consiste de descrições de sistemas nacionais diferentes, sem muita comparação ou teoria. Entre as principais exceções encontram-se Carl J. Friedrich, *Constitutional Government and Democracy* (Boston: Ginn, 1941); e R. M. McIver, *The Web of Government* (Nova York: Macmillan, 1947); e F. G. Wilson, *The Elements of Modern Politics* (Nova York: McGraw-Hill, 1936). O volume desta série, de autoria de Dankwart Rustow, com o título provisório *Comparative Government* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, no prelo) dará ênfase também a semelhanças e diferenças entre sistemas políticos.

A análise de sistemas políticos é um campo que cresce rapidamente, em particular nos Estados Unidos, cujo surgimento como potência mundial colocou os mestres e os responsáveis pela política diante da urgente necessidade de encontrar respostas para as perguntas que Aristóteles também procurava responder. Obra significativa, breve e extremamente acessível, dentro do novo espírito, é *The Study of Comparative Government*, de autoria de Roy C. Macridis (Garden City, N. J.: Doubleday, 1955). Muito além das obras recentes mais influentes encontra-se o volume editado por

Gabriel A. Almond e James S. Coleman, *The Politics of the Developing Areas* (Princeton: Princeton University Press, 1960); especialmente o capítulo inicial, de autoria de Almond, e o final, de Coleman. Um recente ensaio, bastante curto e muito citado, é o de David Eaton, "An Approach to the Analysis of Political Systems", em *World Politics*, Vol. 9 (1956-1957), pp. 383-400.

Muito embora os conceitos de influência, poder e autoridade tenham sido importantes elementos desde Platão e Aristóteles, até recentemente poucos analistas políticos tentaram esclarecer a sério estes conceitos. A principal exceção foi o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), que estudou o conceito de poder com extraordinária precisão em sua grande obra, *Leviathan or the Matter, Form and Power of a Commonwealth, Ecclesiastical and Civil*, encontrada com uma introdução de Michael Oakeshott (Nova York: Macmillan, 1947). O autor moderno mais influente é Lasswell; cf. sua obra altamente abstrata, em conjunto com Abraham Kaplan, *Power and Society* (New Haven: Yale University Press, 1910). Felix E. Oppenheim, *Dimensions of Freedom* (Nova York: St. Martin's Press, 1961), no entanto, expõe claramente, como Lasswell abstratamente, uma série de conceitos relativos a controle, poder e liberdade. Herbert Simon apresenta uma discussão sucinta de vários problemas sobre observação e medidas do poder em "Notes of the Observation and Measurement of Political Power", *Journal of Politics*, Vol. 15, N. 4 (novembro, 1953), pp. 500-516. Um pouco mais difícil é James G. March, em "An Introduction to the Theory of Measurement of Influence", *American Political Science Review*, Vol. 49, N. 2 (junho, 1955), pp. 431-451. Várias tentativas foram feitas para dar forma matemática às medidas de poder, inclusive por Robert A. Dahl, em "The Concept of Power", *Behavioral Science*, Vol. 2, N. 3 (julho, 1957), pp. 201-215; e John C. Harsanyi, "Measurement of Social Power, Opportunity Costs and the Theory of Two-Person Bargaining Games", *Behavioral Science*, Vol. 7, N. 1 (janeiro, 1962), pp. 67-80. Entretanto, o estudante que está começando fará bem se deixar estes trabalhos de lado, a não ser que tenha ardente interesse por matemática.

Não se pode deixar de mencionar a muito difundida obra de Bertrand Russell, *Power* (Nova York: Norton, 1938), com a ressalva, porém, de que é altamente desapontadora para quem esteja procurando clareza de conceitos, embora contenha algumas idéias interessantes sobre várias formas de domínio.

Algumas das obras mais recentes e importantes sobre influência e poder consistem de estudos empíricos com uma variedade de métodos e teorias diferentes, particularmente em relação a pequenas comunidades. *Community Power Structure*, de Floyd Hunter (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1953) tem tido

grande influência e tem sido muito criticada. Outro volume de grande influência é a obra do falecido C. Wright Mills, *The Power Elite* (Nova York: Oxford University Press, 1957). Crítica a Hunter e a Mills, e sugestões para um prisma diferente encontram-se em Robert A. Dahl, "A Critique of the Ruling Elite Model", *American Political Science Review*, Vol. 52, N. 2 (junho, 1958), pp. 463-469; e *Who Governs?* (New Haven: Yale University Press, 1961).

Críticas a algumas obras recentes sobre o poder encontram-se em Barrington Moore, Jr., *Political Power and Social Theory* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1958).

Talvez a obra de maior influência escrita até hoje sobre as características do homem na política seja *O Príncipe*, pelo eminente italiano renascentista, Nicolo Machiavelli (1469-1527). A despeito de sua grande popularidade, fascínio e autoridade, é extremamente unilateral e assistemática. *O Príncipe* é encontrado sob muitas formas. Em inglês há o volume único *The Prince and the Discourses*, com uma introdução de Max Lerner (Nova York: The Modern Library, 1940), que tem a vantagem de incluir a obra mais substancial embora menos conhecida de Maquiavel, *Discourses on the First Ten Books of Titus Livius*. Mais sistemática quanto ao tratamento do homem político do que *O Príncipe*, embora igualmente unilateral, é a primeira parte do *The Leviathan*, de Hobbes, chamada "Of Man". Os pressupostos psicológicos de Hobbes apresentam uma extraordinária semelhança com a moderna escola de psicologia freqüentemente chamada de "Behaviorism".

Provavelmente o autor contemporâneo mais influente quanto ao estudo do homem político é Lasswell, que traz para seu trabalho a experiência e as teorias de um psicanalista. Um dos primeiros trabalhos de Lasswell, *Psychopathology and Politics* (Chicago: University of Chicago Press, 1930), é obra pioneira que continua sendo leitura altamente compensadora. A exposição mais completa sobre seus pontos de vista recentes encontra-se em *Power and Personality* (Nova York: Norton, 1958). Enquanto Lasswell baseava-se em casos clínicos compreendendo uns poucos indivíduos, o desenvolvimento da pesquisa científica da opinião pública pela amostragem tornou possível a aquisição de um conhecimento mais amplo, embora às vezes mais superficial, dos pontos de vista e atividades políticas de diferentes segmentos da população em geral. O relatório e análise mais completos de resultados de pesquisas é o trabalho de Robert Lane, *Political Life* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1959). Alguns dos ensaios de S. M. Lipset em sua coletânea intitulada *Political Man* (Nova York: Doubleday, 1960) emprega também dados de pesquisas para explorar as características do *homo politicus*. Existem vários estudos sobre a participação eleitoral e

atitude de eleitores, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países; o mais recente e mais completo é da autoria de A. Campbell, *et. al.*, *The American Voter* (Nova York: Wiley, 1960).

Alguns autores, recentemente, tentaram investigar o homem político em muito maior profundidade do que o permitem os métodos de pesquisa, analisando longas entrevistas com um pequeno número de indivíduos — ver M. Brewster Smith, Jerome S. Bruner e Robert W. White, *Opinions and Personality* (Nova York: Wiley, 1956); e Robert E. Lane, *Political Ideology: Why the American Common Man Believes What He Does* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1962).

Na introdução aos conceitos de conflito e estabilidade, talvez o melhor ponto de partida seja o Livro V da *Política* de Aristóteles mencionado acima: "Causes of Revolution and Constitutional Change".

Em *The Functions of Social Conflict* (Londres: Routledge and Kegan, Paul, 1956), Lewis Coser procura atualizar as contribuições ao estudo do conflito feitas pelo sociólogo alemão Georg Simmel; Coser salienta os mecanismos de conflito e ajuste mais do que as condições e causas de conflito. R. Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Societies* (Stanford: Stanford University Press, 1959), analisa a relevância da análise marxista das estruturas das classes, no que chama de sociedades "pós-capitalistas". Em *Organization* (Nova York: Wiley, 1958), J. March e H. Simon focalizam em vários capítulos os problemas de conflito e ajuste em organizações; ver especialmente o Capítulo 5, "Conflict in Organizations".

James Coleman, *Community Conflict* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1957), reúne grande número de estudos de conflitos em comunidades norte-americanas, analisa-os com grande agudez e sugere uma teoria para explicar o surgimento e curso de conflitos em comunidades.

Os requisitos prévios para a estabilidade de governos populares são examinados por Almond e Coleman, *The Politics of the Developing Areas*, e por Lipset, *Political Man*, principalmente na Parte I, "The Conditions of the Democratic Order". Estudando profundamente um sindicato trabalhista com um bem desenvolvido sistema bipartidário, Lipset, Coleman e M. A. Trow apresentam dados altamente relevantes e uma teoria sobre as condições para uma democracia estável em *Union Democracy, The Internal Politics of the International Typographers Union* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1956).

A velha questão explorada por Platão, sobre as relações entre os diferentes tipos de sistemas políticos e diferentes tipos de caráter ou personalidade, ocupa importante lugar na moderna análise

política. *The Authoritarian Personality*, de autoria de T. W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. Nevitt Sanford (Nova York: Harper, 1950), estuda a questão sob um prisma psicanalítico, tendo motivado numerosas pesquisas e análises novas, algumas de caráter crítico. Ver, por exemplo, R. Christie e Marie Jahoda (eds.), *Studies in the Scope and Method of "The Authoritarian Personality"* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1954). A exata relação entre fatores de personalidade e atos políticos específicos é matéria de muita controvérsia. Campbell *et. al.*, em *The American Voter*, manifestam suas dúvidas de que a personalidade se ache intimamente relacionada às alternativas do voto; ver o Capítulo 18, "Personality Factors in Voting Behavior". Quanto à orientação ideológica mais ampla em relação a democracia, comunismo, conservadorismo e reformismo, as ligações parecem claras. Ver, por exemplo, Herbert McCloskey, "Conservation and Personality", *American Political Science Review*, Vol. 52, N. 1 (março, 1958) pp. 27-45; Gabriel A. Almond, *The Appeals of Communism* (Princeton: Princeton University Press, 1954); e Lipset, "Working Class Authoritarianism", em *Political Man*.

A avaliação e a decisão política são, como ficou indicado no Capítulo 8 deste livro, matérias de grande controvérsia. A maioria dos escritos sobre esta questão é ou altamente técnica, ou altamente polêmica. No entanto, pode-se ter um quadro bastante razoável dos temas e respostas propostas consultando vários dos seguintes: Arnold Brecht, *Political Theory, The Foundations of Twentieth Century Political Thought* (Princeton: Princeton University Press, 1959), constitui extensa exposição dos temas, história dos conflitos, diferenças de pontos de vista e sua própria posição, a que chama de "Scientific Value Relativism". T. D. Weldon, *The Vocabulary of Politics* (Harmondsworth, England: Penguin Books, 1953), assume posição semelhante à de Brecht.

A crítica mais penetrante à posição dos empíricos encontra-se em Herbert J. Storing (ed.), *Essays on the Scientific Study of Politics* (Nova York: Holt, Reinhart and Winston, 1961), o qual contém quatro ensaios que examinam criticamente os estudos da votação e as teorias de Herbert Simon, Arthur F. Bentley e Harold Lasswell, juntamente com um ensaio final de Leo Strauss. Talvez a exposição mais importante por um eminente transempírico seja a de Leo Strauss em *Natural Right and History* (Chicago: University of Chicago Press, 1953). Ver também Erich Voegelin em seu ensaio, altamente polêmico, *The New Science of Politics* (Chicago: University of Chicago Press, 1952).

Outros aspectos dessa disputa são encontrados no debate entre F. E. Oppenheim, "The Natural Law Thesis", H. Jaffa, "Comment on Oppenheim", o Oppenheim, "Non-Cognitivist Rebuttal", tudo

em *American Political Science Review*, Vol. 51, N. 1, (março, 1957), pp. 41-68.

A fim de que possa encontrar seu caminho neste debate difícil e às vezes enfadonho, o principiante talvez encontre ajuda na consulta a um texto padrão sobre ética — por exemplo, W. Sellars e J. Hospers (eds.), *Readings in Ethical Theory* (Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1952), ou L. J. Binkley, *Contemporary Ethical Theories* (Nova York: Citadel Press, 1961). Alguma compreensão da moderna ciência, como a vêem filósofos contemporâneos, é também útil. Talvez o melhor texto elementar seja Morris R. Cohen e Ernest Nagel, *An Introduction to Logic and Scientific Method* (Nova York: Harcourt, Brace, 1934). Uma exposição deliciosa do que é ciência encontra-se num autor que é físico e autor teatral ao mesmo tempo, Jacob Bronowski, *The Common Sense of Science* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1953). Difíceis mas bons são Herbert Feigl e May Brodbeck (eds.), *Readings in the Philosophy of Science* (Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1953); Karl Popper, *The Logic of Scientific Discovery* (Nova York: Basic Books, 1959); R. B. Braithwaite, *Scientific Explanation* (Cambridge, England: Cambridge University Press, 1953) e Ernest Nagel, *The Structure of Science* (Nova York: Harcourt, Brace and World, 1961), especialmente os Capítulos 13, "Methodological Problems of the Social Sciences"; 14, "Explanation and Understanding in the Social Sciences", e 15, "Problems in the Logic of Historical Inquiry".

BIBLIOGRAFIA

1. BARKER, Ernest. The politics of Aristotle. Oxford, Oxford University Press, 1948.
- ✓ 2. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 4.ed. Rio de Janeiro, Forense.
3. CHACON, Vamireh e HAMILTON, Peter. Autoridade e poder. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1979.
- AL7. 4. DAHL, Robert A. A moderna análise política/Modern political analysis. 2.ed. Rio de Janeiro, Lidaador, 1970.
- * 5. DEUTSCH, Karl W. Politica Y gobierno. Madrid, Ediciones F.C-E., 1976.
- ✓ 6. DUVERGER, Maurice. Ciência política - teoria e métodos. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- * 7. FRIEDRICH, Carl J. Uma introdução à teoria política. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- * 8. KAPLAN, Abraham e LASSWELL, Harold. Poder e sociedade. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1980.
9. RUSSELL, Bertrand. O poder - uma nova análise social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.
10. WEBER, Max. The theory of Social and Economic Organization. Nova York, Oxford University Press, 1950.

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA CARIMBADA

04 ABR 90

19 AGO 90

28 MAR 92

5 SET 92

02 MAI 1993



00020950000965

A Análise política moderna de Robert A. D

2-E-32

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

Benevides, Jose Correa de Sa e

A analise politica moderna de
Robert A. Dahl

2-E-32

(965/87)

Benevides, Jose Correa de Sa e

A analise politica moderna de
Robert A. Dahl

2-E-32

DEVOLVER NOME LEIT. (965/87)

14 ABR 90

9 AGO 90

28 MAR 92

5 SET 92

25 SET 92

02 MAI 1993

Prof. ENG (RN) ESPECIAL

BRASILEIRO

ENG ANISTO

CASTRO LEIT

Renovado

Dr. ce Soares